

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte: O Estado de São Paulo

Class.: 99

Data: 13 de agosto de 1980

Pg.: _____

Japão não tem interesse em acordo de migrações

Das sucursais e serviço local

Desde 1976 até julho deste ano, entraram no Brasil 1.231 japoneses como imigrantes, apesar de estar em vigor um acordo de imigração firmado entre os dois países em 1963, o que demonstra o pouco interesse daquele povo em residir no País. Nem mesmo os esforços da Cooperativa Agrícola de Cotia, por meio de uma campanha publicitária no Japão, foi suficiente para intensificar o fluxo migratório, pois só conseguiu atrair para o Brasil quatro cidadãos japoneses. Essa situação levou o governo daquele país a propor ao governo brasileiro a extinção de dois organismos criados em 1963, cujas funções são as de dar apoio e assistência ao imigrante.

Por isso mesmo, o assessor de imprensa da Presidência da República, Alexandre Garcia, esclareceu ontem que não tem procedência a informação de que o Palácio do Planalto teria confirmado a existência de um projeto que prevê a imigração de 10 milhões de japoneses para o Brasil. De acordo com sua explicação, uma autoridade estrangeira mencionou, meses atrás, a capacidade do território brasileiro de receber a imigração de 10 milhões de pessoas, sem que isso representasse, contudo, uma decisão ou projeto de qualquer país.

Garcia disse também que se referiu a isso durante uma conversa a respeito do Estatuto dos Estrangeiros, daí originando as notícias, que segundo ele são todas infundadas, acerca da imigração em massa para o Brasil. Nenhum porta-voz do presidente da República fez tal afirmação — ressaltou o assessor — porque não existe nem projeto nem decisão adotada com o propósito de trazer aquele número de imigrantes ao País.

Em Porto Alegre, o deputado Aigr Lorenzon (PMDB) pediu ontem explicações ao presidente João Figueiredo sobre as notícias da vinda de 10 milhões de estrangeiros ao Brasil. Para o deputado, se verdadeira essa informação, o fato constituirá "o infêco da tomada de nosso território". Lorenzon acha uma contradição a existência de milhões de brasileiros sofrendo dificuldades para viver enquanto o governo estaria incentivando a vinda de estrangeiros.

Apesar de todo o desmentido oficial, o deputado Hatiro Shimomoto afirmou ontem, no Palácio dos Bandeirantes, que "seriam apenas 2,4 milhões de trabalhadores japoneses que viriam para o Brasil e o restante do contingente, até 10 milhões, seria constituído por agregados e familiares". Ainda segundo ele, "realmente" todos iriam para uma região de cerrados em Goiás e Minas, "onde não está sendo empregada mão-de-obra nacional, que assim não seria substituída ou impedida de trabalhar".

Mas Shimomoto declarou-se favorável a que a exploração do território brasileiro seja feita por mão-de-obra nacional "e se os nordestinos puderem fazer isso que o façam". Mesmo assim, o parlamentar fez questão de ressaltar que os imigrantes japoneses "são uma máquina de trabalhar e eles trabalham mesmo".

Em Brasília informou-se que os investimentos japoneses na área agrícola representam apenas 0,4% do total aplicado no Brasil, limitado praticamente a um projeto conjunto com o governo brasileiro para a exploração de uma área de 50 mil hectares no cerrado, cujos lotes estão sendo vendidos a mineiros, gaúchos e associados da Cooperativa Agrícola de Cotia. Ex-assessores do ex-ministro da Agricultura Alysson Paulinelli, que participaram das negociações sobre o cerrado, ponderaram que, se os japoneses tivessem a intenção de intensificar a imigração para o Brasil, eles teriam aceito, do governo passado, a proposta para investir num projeto de exploração do cerrado, que compreendia uma área de um milhão de hectares.

ESTATUTO

Deputados do PDS reivindicaram ao líder Nelson Marchezan que faça gestões junto ao governo para que fique sob a responsabilidade da bancada governista a tarefa de elaborar um novo projeto do Estatuto dos Estrangeiros, corrigindo o texto aprovado recentemente por decurso de prazo. A informação foi dada pelo deputado Rubem Medina (PDS-RJ) e, ao seu lado, o deputado paulista Rafael Baldacci apoiou a proposta, comprometendo-se, inclusive, a levá-la ao ministro Golbery do Couto e Silva.